



INFO 4 43-55

ISSN 1980-9891

FATOS & COMENTÁRIOS

Estados pagam R\$ 34 bi à União, mas a dívida cresce R\$ 22 bi
Página 2

PRIMEIRA LINHA

Sem proteção industrial, país perde mais 2 empresas estratégicas
Página 3

Monitor

MERCANTIL SÃO PAULO

ANO VIII - Nº 2.176
Preço: R\$ 1,50

São Paulo, sexta-feira,
7 de janeiro de 2011

PARA FUNDO, PAÍSES COMO BRASIL E ÍNDIA PRECISAM SE DEFENDER CONTRA AUMENTO DA ENTRADA DE DÓLARES

FMI defende controle de capitais

BC reduz arsenal para especular

O Governo Dilma Rousseff anunciou sua primeira medida para segurar a queda do dólar, criando regras que tornam menos atraentes as apostas de instituições financeiras de que o real vai continuar a valorizar.

Nos últimos meses, bancos reforçaram essa estratégia e as chamadas "posições vendidas" — que apostam na alta do real — já somam US\$ 16,8 bilhões, novo recorde.

Para isso, os bancos pegam empréstimos em dólar no exterior, com juros muito mais baixos, ganhando duplamente: com a diferença entre os juros externo e interno e com a valorização da

moeda no decorrer do tempo. Para desmontar esse movimento, o Banco Central (BC) determinou que os bancos que tiverem posições "vendidas" em dólar acima de US\$ 3 bilhões ou superiores ao patrimônio de referência (PR) da instituição terão de recolher depósito compulsório de 60% sobre o excedente. De acordo com o BC, a medida vai reduzir as posições vendidas em quase US\$ 7 bilhões.

A intenção é o derretimento do dólar. Segundo o BC, os bancos saíram de uma posição "comprada", de US\$ 2,9 bilhões, no fim de 2009, para uma posição "vendida" de US\$ 16,8 bilhões, em 2010. A medida entra em vigor em 4

de abril e o objetivo é reduzir esse montante para US\$ 10 bilhões.

Para o economista Carlos Thadeu de Freitas, ex-diretor da Dívida Pública do BC, a decisão não indica mudança de política econômica. "É uma medida pontual e temporária — três meses. O BC aproveitou o excesso de posição vendida", disse, admitindo, porém, que a resolução terá impacto no mercado futuro de juros e câmbio.

Para Freitas, contudo, há outras variáveis: "Se o BC elevar a taxa básica de juros (Selic), nada vai adiantar, pois permanecerá a enxurrada de dólares para o Brasil". *Páginas 3 e 7*

Tombini adverte para risco de apostar em real forte

O presidente do Banco Central (BC), Alexandre Tombini, fez um alerta para quem segue apostando na contínua valorização do real frente ao dólar: cuidado, o cenário pode mudar. "É sempre bom lembrar que uma tendência de curto prazo não quer dizer que vai se prolongar no tempo. Essa

coisa pode mudar", avisou o economista, horas depois de o BC ter lançado a primeira medida para frear a alta da moeda brasileira sob seu comando.

Na avaliação de Tombini, não há garantias que o excesso de dinheiro que circula atualmente pelo globo, e que tem desembocado nas economias

emergentes como o Brasil, continuará assim indefinidamente. Por isso, defendeu que empresas e pessoas que têm assumido compromissos em moedas internacionais sejam cautelosas.

Em 2008, cerca de 200 exportadoras perderam aproximadamente R\$ 40 bilhões por causa das apostas.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) afirmou que os controles de capital são ferramentas apropriadas que países como Brasil e Índia podem utilizar para evitar danos à economia no provocado de investimentos direcionados a países emergentes.

"Os controles de capital são certamente parte do conjunto de ferramentas e medidas que os países podem e devem considerar", disse a porta-voz do FMI, Caroline Atkinson, ao ser perguntada sobre as recomendações do fundo para a Índia.

Indagada sobre as medidas adotadas pelo Brasil para evitar a valorização do real, ela disse que o FMI as considera prudentes, "concentradas em fortalecer o sistema bancário no Brasil diante da grande entrada de capital e uma parte adequada do conjunto de ferramentas".

Mais cedo, no entanto, outra autoridade do FMI dissera em Nova Délhi que a Índia ainda não precisaria tomar nenhuma medida para controlar a entrada de capitais no país. A mesma medida foi admitida pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, dois dias atrás. Como parte das avaliações



Caroline; controle de capitais deve ser considerado

periódicas do fundo, o FMI dissera quarta-feira que se a rupia valorizasse muito, a Índia teria de intervir no mercado de câmbio ou adotar o que chamou de "medidas macroprudenciais".

A defesa do controle de capital sinaliza uma inversão na postura do FMI sobre o assunto. Quarta-feira, a insti-

tuição anunciara que prepararia orientações para o uso desse tipo de ferramenta. Após a crise, os juros baixos em países desenvolvidos e as taxas elevadas nos emergentes provocaram aumento do fluxo de capital especulativo para estes, aumentando o risco de formação de bolhas e desindustrialização.

Ipea: 77% das famílias elevaram renda em 2010

Estudo divulgado nesta quinta-feira pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que 77% das famílias brasileiras afirmaram, em dezembro, que estavam melhor financeiramente do que um ano antes, enquanto 19,8% sentiam-se em situação pior.

O estudo foi realizado em 3.810 domicílios, em 214 municípios de todas as unidades federativas. As regiões Centro-Oeste e Norte registraram a maior proporção de famílias que acreditam ter melhorado a sua condição financeira (82,1% e 80,3%, respectivamente), seguidas pelo Nordeste (79,4%). No Sul e Sudeste, a proporção de famílias otimistas é levemente inferior (70,6% e 76%, respectivamente).

A pesquisa revela ainda que 81% das famílias brasileiras acreditam que estarão em melhores condições financeiras daqui a um ano, enquanto 8,2% projetam estar em situação pior.

Governo anuncia criação de 'PAC' contra a pobreza

A presidente Dilma Rousseff começa a preparar as primeiras medidas a serem tomadas para cumprir sua principal promessa de campanha: erradicar a pobreza extrema no país. Segundo anunciou nesta quinta-feira a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Tereza Campello, será montado um programa que adotará modelo de gestão similar ao de Aceleração do Crescimento (PAC), com transparência e metas claras.

Metas claras são principais frentes a inclusão produtiva, a ampliação de rede de serviços e a transferência de renda. "Vamos construir um modelo de gestão, como fizemos para o PAC, com metas e condições de monitoramento claras, para prestar contas à sociedade e à imprensa sobre o andamento dessa metas", disse a ministra.

Ela acrescentou que um comitê gestor foi criado no centro do governo, coordenado pelo MDS, com a participação dos ministérios do Planejamento, da Fazenda e da Casa Civil. Ao todo, o ministério terá a colaboração de oito pastas.

Apesar de não ter um nome definido para o programa, o governo decidiu que ele terá como secretária executiva Ana Fonseca, umas das organizadoras do Bolsa Família. "Estamos trabalhando no sentido de universalizar a rede de serviços. Essa é a expectativa do governo: Não vamos atacar a agenda da pobreza apenas com políticas de transferência de renda. Nossa agenda é de inclusão social e produtiva, de ampliação da rede de serviços públicos, de saneamento, oferta de água, saúde, educação e qualificação profissional", disse a secretária.

Pouco mais de dois anos após a fusão com o Unibanco, que levou a uma reestruturação na área de fundos de investimento, o Itaú alcastrou um patrimônio de R\$ 4 bilhões na divisão criada para realizar a gestão dos chamados hedge funds. O banco acaba de concluir a captação de um novo fundo do tipo, destinado a clientes de altíssima renda e perfil de risco agressivo, com R\$ 315 milhões em recursos.

Poupança fecha ano com R\$ 379 bi em depósitos

A caderneta de poupança teve uma captação líquida de R\$ 6,359 bilhões em dezembro. Os depósitos somaram R\$ 121,276 bilhões, com aumento de 19,67% em relação a novembro. Os saques ficaram em R\$ 114,917 bilhões, com aumento de 18,08% na comparação com o mês anterior. A informação é do Banco Central.

Foi a melhor captação mensal do ano, o que é comum em meses de dezembro por causa do pagamento de metade do décimo terceiro salário. Dinheiro que normalmente vai para a quitação de dívidas ou para a poupança.

Há 20 meses que as cadernetas fecham com saldo positivo. Juntando o saldo com os rendimentos de R\$ 1,927 bilhão no mês passado, o estoque total das cadernetas de poupança fechou 2010 com R\$ 378,801 bilhões, dos quais R\$ 299,878 bilhões (79,16%) em depósitos no Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e R\$ 78,920 bilhões (20,83%) na Poupança Rural.

JÉBUS ROCHA

DILMA LANÇA PAC CONTRA A MISÉRIA

Por que só contra a miséria? O que Dilma tem contra a pobreza? Nada, absolutamente nada. Dilma apenas - como eu - deve achar que a pobreza é como o colesterol: existe a pobreza boa e a pobreza má. E de acordo com os indicadores lulistas, a pobreza má tá ótima, e a ruim tá baixa.

Pelo jeito, a galera do Morro do Alemão tá circulando numa boa.



Não sabe o que tá perdendo quem nunca perdeu o juízo numa noite de verão...

Um ou outro bandido não engoliado, claro, deve estar portando só um 38 básico.

rocha.jesus@ig.com.br

ÍNDICE MM

Antigo IDTR (Índice Diário da TR) 001218157	Taxa Selic (0501) -0,04%
Para contratos até 30/06/94	Selic/94 8,75%
Fator Acum. de Juros-TR (FAJ-TR) 2,71892075	Poupança (0701) 0,8215%
Para contratos até 30/06/94	TR (prefixada) (0501) 0,1362%
Salário-Mínimo R\$ 540	TBF (0501) 0,9373%
Ufir R\$ 1,0641	IGP-M 0,60% (dezembro)

IPCA-E

FJ (dezembro) 0,21%
SP (dezembro) 0,35%
TJLP: 6,00%
Hot Money 1,34%
Over 0,88%
CDI 0,87%
CDB prefixado (31/30 dias) 10,88% ao ano

DÓLAR

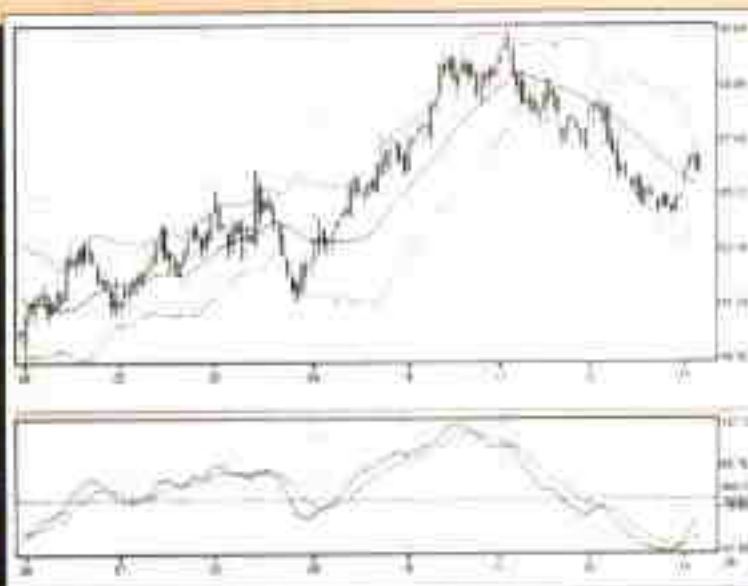
Comercial	Compra R\$ 1,6860
	Venda R\$ 1,6870
Paralelo	Compra R\$ 1,7500
	Venda R\$ 1,8400
Turismo	Compra R\$ 1,6600
	Venda R\$ 1,7830
Futuro	Fecham. R\$ 1,6940

EURO

1 euro R\$ 2,1990
1 euro US\$ 1,3027

OURO

Spot (gr.) BM&F	Abertura R\$ 78,200
	Fecham. R\$ 79,090



Gol desvalorizou 2,15%

As ações preferenciais da Gol desvalorizaram 2,15% no pregão da quinta-feira, terminando cotadas a R\$ 25,92. Mais informações no Monitor Financeiro.

Demais cotações no Monitor Financeiro

Primeira Linha

Brasil perde mais duas empresas estratégicas

Pouco a pouco, as empresas brasileiras ligadas à tecnologia bélica e aeronáutica estão sendo vendidas para o exterior. O Brasil não tem proteção contra isso, ao contrário do que ocorre em países desenvolvidos, como a França – onde uma lei impede tais transferências de tecnologia. Segundo informações de Defesa Net, a empresa israelense Elbit Systems adquiriu as brasileiras Ares Aeroespecial e Defesa S/A e a Periscopio Equipamentos Optronicos S/A, ambas localizadas em Duque de Caxias (RJ). A Elbit já é proprietária da Aeroeletrônica, empresa que trabalha com a Embraer na modernização dos caças F5 da Força Aérea Brasileira (FAB). Em nota oficial, divulgada em Jerusalém, a Elbit informa – talvez com um toque de ironia – que os antigos donos

brasileiros vão continuar a trabalhar nas empresas compradas, mas que executivos, no controle, no entanto, passa para o exterior.

A mais relevante das empresas vendidas é a Ares. Criada em 2003, hoje a empresa se dedica tanto à produção seriada em larga escala de material de defesa, quanto à engenharia de projeto multidisciplinar envolvendo diversas tecnologias tais como óptica, mecânica fina, eletrônica e software. Quando o PSDB lançou seu programa de privatização, o Partido dos Trabalhadores (PT) fez duras críticas, alegando que o centro de decisão não poderia ser transferido para o exterior. Mas, desde 2003, não se vê qualquer esforço para manter sob controle nacional pequenas e médias empresas brasileiras da área de tecnologia e defesa.



Índice de nacionalização

Segundo uma fonte do setor, governo e empresários optaram por indicar a nacionalização de navios e plataformas, no pré-sal, de modo variável. Eis o que diz o artigo 10 da Lei de Partilha: "Caberá ao Ministério de Minas e Energia, entre outras competências, fixar o conteúdo local mínimo e outros critérios relacionados ao desenvolvimento da indústria nacional". Assim, procurou-se evitar um engessamento. Se, por uma questão cambial, a nacionalização tiver de cair, basta um ato interno do Ministério de Minas e Energia, para reduzir a obrigação de uso nacional, sem ter de se levar a questão à Presidência ou ao Congresso.

Decisão sobre terminal

Fontes empresariais revelam que o prazo fatal para decisão sobre o controle da Santos Brasil será no fim do primeiro semestre de 2011. Até lá, a arbitragem terá de definir qual dos dois grupos irá predominar: a família Klein, da Multiterminais, ou o grupo Opportunity, de Daniel Dantas. Ambos têm sede no Rio de Janeiro.

O Santos Brasil é o mais relevante terminal de contêineres do país, com movimento anual em torno de 1,23 milhão de TEUs (contêineres de 20 pés ou equivalentes). A empresa é controlada pela Santos Brasil Participações. Após participarem conjuntamente desse empreendimento de sucesso, os grupos Klein e Dantas adotaram posições empresariais divergentes e, como reza o acordo de acionistas, um dos grupos terá de preponderar, ficando, com o controle, após decisão de árbitros independentes. Informa-se que, desde 1997, o terminal teve investimentos de R\$ 1,3 bilhão.

Serra das Araras

De Brasília, fontes governamentais revelam que receberam projeto do grupo CCR para construção de novo traçado de descida da Serra das Araras, na Via Dutra. Segundo essas fontes, o projeto era pouco denso – transparecendo a idéia de que, na verdade, se destinava apenas a ganhar tempo, para que a obra não seja realmente feita.

Em resposta, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) devolveu à CCR um projeto mais concreto e objetivo, porém a área financeira da lucrativa empresa parece ter virado o nariz para o esboço, pois seu preço iria superar R\$ 1 bilhão.

Pode-se dizer que, por mais um ano, a obra não está nas prioridades da ANTT e, como todos sabem, ninguém na ANTT vai perder o sono por isso, pois as agências são antros de burocratas. Na verdade, a descida da Serra das Araras é uma verdadeira afronta à modernidade da engenharia nacional.

Entidades de transporte de carga como NTC e ABTC têm feito protestos seguidos, sem efeito na velha Dutra, caminhões e carretas não conseguem fazer as curvas e, por isso, a velocidade máxima permitida é de 40km/horários. Com melhorias no porto de Itaguaí e a inauguração do Arco Rodoviário fluminense, a carência da Dutra em geral e desse trecho, em especial, virá à tona.

Alemães contra Belo Monte

No próximo dia 12, será apresentado, no Rio, o documentário *Um outro mundo é possível – Luta pela Amazônia*, do alemão Martin Kebler. Trata-se de mais um passo da campanha internacional contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte. O diretor falou com pescadores, com a Índia Tuirá Kayapó, colheu depoimentos no Fórum Social Mundial e, em resumo, critica a obra e defende a manutenção da região como está, sem mudanças.

Enquanto a França usa abundantemente a energia nuclear, Estados Unidos gastam sua riqueza para queimar petróleo e a China usa o poluente carvão, estrangeiros querem impedir o Brasil de usar a água para mover as pás das turbinas.

Exceção do desmatamento da Amazônia e do Centro-Oeste e ao excessivo rodoviarismo em transporte, o Brasil deveria se aliviar de complexo de culpa quanto ao ambiente – ao contrário do que pregam instituições estrangeiras, como Greenpeace e WWF.

No mundo, apenas 15% da energia são gerados por fontes renováveis – veja-se a alta no barril do petróleo por conta do frio no Hemisfério Norte. Enquanto na Europa, China e Estados Unidos a energia elétrica vem do petróleo e do carvão, no Brasil a força das águas é responsável por mais de 70% do suprimento de energia elétrica. E estão sendo construídas – para tristeza das entidades ditas ecológicas – as usinas de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte, que ampliarão o uso hídrico na matriz energética brasileira.

Sarney e Dilma

Há comparações sendo feitas entre os governos Sarney e Dilma. Cobra da velha política, Sarney manteve alguns nomes anunciados pelo presidente eleito Tancredo Neves, só os retirando ao longo do tempo. Dilma, foi obrigada a aceitar a imposição, por Lula, de nomes como o de Fernando Hadad, que nada de excepcional fez na Educação. É questão de tempo ela impor mudanças para fazer um ministério à sua feição, com a inclusão de nomes de partidos aliados, como PMDB e PSB, é claro.

de Transporte e Trânsito *** Dia 17, o tema do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (Ibef-RJ) é Dissolução Societária *** A OAB está comprando briga com a Defensoria Pública. Em São Paulo, a entidade quer cobrar anuidade dos defensores, que não se consideram advogados, mas, exatamente, defensores públicos *** Na próxima quinta-feira, durante o Fashion Rio, a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção apresentará os números de 2010 e estimativas para 2011 *** O colunista parte para período de descanso, retornando no dia 8 de fevereiro *** Quinta com bolsa em leve baixa e dólar em leve alta, apesar das mexidas do BC.

□ S. Barreto Motta

Esta coluna é publicada de terça a sexta-feira

Câmbio vai continuar sob fogo de Dilma

Economistas prevêem que governo também adote quarentena para capitais

O governo Dilma Rousseff deve adotar nos próximos meses novas medidas para inibir a arbitragem de taxas de juros que pressionam a valorização do câmbio. A avaliação é de especialistas ouvidos pela Agência Estado.

"Além da adoção de uma ação harmônica entre as políticas fiscal e monetária, o Executivo vai agir com maior vigor para mostrar ao mercado que o câmbio é flutuante e pode, em certos momentos, inverter a atual tendência e perder força", previu o professor da PUC-SP Antônio Correa de Lacerda.

Na avaliação do estrategis-

ta-chefe do banco WestLB, Roberto Padovani, o governo vem adotando a "flutuação suja" do câmbio para agregar incertezas aos agentes econômicos quanto à trajetória da cotação do real ante o dólar. "E isso é uma medida correta. O regime de câmbio flutuante não deve mudar e é caracterizado por poder oscilar para cima e para baixo", afirmou Padovani.

Para o professor da FGV-RJ Fernando Holanda Barbosa, o governo deve agir no curto prazo com maior vigor para conter a alta do real. Ele chama a atenção para os efeitos sobre a alta do real do

excesso de liquidez global, sobretudo a injeção de capital na economia norte-americana realizada pelo Federal Reserve (o banco Central norte-americano).

Barbosa prevê ainda que o governo pode lançar, em breve, medida para alterar a dinâmica de valorização do câmbio, como elevar o IOF para investimentos de estrangeiros em renda fixa e variável e adotar outros depósitos compulsórios para conter as posições vendidas de dólares de bancos.

Para Correa de Lacerda, a adoção da quarentena do ingresso de capitais não deve ser descartada. Ele lembrou que Mantega, em entrevista coletiva na última terça-feira, disse que são infinitas as medidas que o governo pode adotar para conter a alta do câmbio.

Tombini admite que bancos não gostam de pobres

BRASÍLIA – O presidente do Banco Central (BC), Alexandre Tombini, admitiu, sem citar nomes, que "há resistências, tanto à inclusão bancária, quanto na questão do tratamento do cliente bancário".

Ele prometeu, porém, que a inclusão financeira, "com qualidade e eficiência", é uma das prioridades do BC para reduzir as desigualdades sociais. Segundo Tombini, a inclusão

bancária também fortalece o próprio sistema financeiro e ajuda a reduzir o custo do controle da inflação.

Por isso, disse que o BC deve priorizar a educação financeira para o processo de inclusão avançar com qualidade: "Queremos qualidade, eficiência, transparência e respeito às regras e aos clientes", afirmou Tombini.

Perguntado se um dos focos de resistência à inclusão dos

pobres no sistema bancário vem das altas taxas cobradas pelos bancos, Tombini não respondeu diretamente.

Ele limitou-se a citar que, em 2007, foram introduzidas mudanças que levaram à unificação da nomenclatura dos serviços bancários.

Tombini não mencionou, no entanto, que essa mudança foi precedida por uma forte e generalizada alta das tarifas.

Governo amplia bloqueio a gastos no início do ano

O governo determinou um bloqueio "preventivo" dos gastos públicos, restringindo a liberação de recursos nos próximos meses até a Lei Orçamentária deste ano ser publicada. Antes, os ministérios podiam gastar, a cada mês, um duodécimo (1/12) dos valores previstos na Lei Orçamentária. Este ano, porém, será maior: 1/18.

Segundo o decreto, está autorizado o empenho de R\$ 2,9 bilhões por ministério, fundos e outros órgãos do Executivo. Se o decreto atingir todo o Orçamento efetivo, de R\$ 1,369 trilhão, seriam liberados mensalmente R\$ 77,49 bilhões. Já, se a regra utilizada fosse a do duodécimo, a liberação subiria para R\$ 116,1 bilhões.

Para o economista Rodrigo Ávila, da Auditoria Cidadã da Dívida, a medida confirma o comprometimento do governo com a trava fiscal: "Corta-se gastos sociais para se continuar

gastando sem limite com o setor financeiro. O déficit habitacional brasileiro, por exemplo, é de cerca de 8 milhões de casas, sem contar os 11 milhões de domicílios inadequados. Porém, o Programa 'Minha Casa Minha Vida' entregou, até o fim de 2010, um número de casas equivalente a apenas 3% do déficit. Isso desconsiderando que apenas uma pequena família de 0 a 3 salários mínimos, nas quais se concentra o déficit habitacional."

Segundo Ávila, "enquanto as pessoas morrem nas áreas de risco", não há limite algum para os gastos com a dívida pública, que paga os maiores juros do mundo: "Tais taxas são estabelecidas pelo Banco Central sob a justificativa de reduzir a atividade econômica, para combater a inflação. Mas a pressão sobre os preços vem das commodities, por que as quais a política monetária não tem nenhum efeito."

Republicanos querem fim de aperto a bancos

Pouco tempo de um dia depois de os republicanos assumirem a maioria na Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, uma das deputadas do partido, Michele Bachmann, apresentou um projeto de lei para "repelir completamente" a legislação da reforma do sistema financeiro norte-americano, conhecida como Lei Dodd-Frank.

"A lei Dodd-Frank expandiu de forma grosseira o governo federal para além das fronteiras de sua jurisdição", alegou Bachman.

A reforma financeira foi aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente dos EUA, Barack Obama, em julho do ano passado, quando o Partido Democrata possuía maioria na Câmara dos Representantes e no Senado.

Ela altera desde a dinâmica dos negócios com cartões de débito nos EUA até as negociações com derivativos.

Sistema
FIRJAN



A FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO,
EM NOME DOS SINDICATOS REPRESENTANTES DAS CATEGORIAS INDUSTRIAIS
E AOS FILIADOS E EM SEU PRÓPRIO NOME, DIVULGA O SEGUINTE

EDITAL

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM NOTIFICADAS TODAS AS FIRMAS OU EMPRESAS INDUSTRIAIS CUJA ATIVIDADE ECONÔMICA SEJA ABRANGIDA PELOS SINDICATOS REPRESENTANTES DAS CATEGORIAS ECONÔMICAS INDUSTRIAIS FILIADOS À FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN) E LEGALMENTE RECONHECIDOS PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO, BEM COMO AS FIRMAS OU EMPRESAS INTEGRANTES DAS CATEGORIAS ECONÔMICAS NÃO ORGANIZADAS EM SINDICATOS, NESTA HIPÓTESE REPRESENTADAS PELA FIRJAN, PARA RECOLHEREM A CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE 2011, DURANTE O MÊS DE JANEIRO, EM CONFORMIDADE COM O QUE DISPÕE A LEGISLAÇÃO EM VIGOR (CLT) E QUE CONSISTIRÁ EM UMA IMPORTÂNCIA FIXA PROPORCIONAL AO CAPITAL REGISTRADO, CONFORME TABELA EXPEDIDA PELA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI), DISPONÍVEL NO SITE www.firjan.org.br.

PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS, DÁ-SE CIÊNCIA AOS SENHORES CONTRIBUINTES DE QUE O RECOLHIMENTO EM PAUTA DEVERÁ SER EFETUADO NAS AGÊNCIAS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL OU NOS ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS INTEGRANTES DO SISTEMA DE ARRECAÇÃO DOS TRIBUTOS FEDERAIS MEDIANTE AS COMPETENTES GUIAS OBTIDAS NOS SINDICATOS OU NO SITE www.firjan.org.br.

O PAGAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL FORA DO PRAZO LEGAL SUJEITARÁ O INFRATOR ÀS COMINAÇÕES PREVISTAS NA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO.

RIO DE JANEIRO, 7 DE JANEIRO DE 2011. - EDUARDO EUGENIO GOUVÊA VIEIRA - PRESIDENTE